



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001547-41.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Tempo de Serviço Urbano/Contribuições não Recolhidas**  
 Requerente: **Mercia Helena Gonçalves Reginaldo**  
 Requerido: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Prioridade Idoso  
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

Trata-se de reclamação trabalhista ajuizada por **MERCIA HELENA GONÇALVES** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, objetivando o pagamento da gratificação SUS desde a data da admissão até setembro de 2007, com o pagamento das diferenças apuradas e aplicação dos reajustes na mesma proporção dos aumentos verificados nos repasses financeiros feitos ao Fundo Municipal de Saúde pela União e pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo, com os seus reflexos.

Adoto o relatório da r. sentença de fls. 213/215 e acrescento que seguiram-se: a interposição de recurso ordinário (fls. 218/229); contrarrazões (fls. 235/250); acórdão da superior instância trabalhista que reconheceu a incompetência material da Justiça do Trabalho para o processamento e julgamento da ação em relação ao período até 10/09/2007, no qual a autora manteve vínculo jurídico-administrativo com o Município (fls. 255/261); despacho facultando às partes requererem o que entendessem de direito a fl. 300 e manifestação de fl. 302.

**É o Relatório.**

**Decido.**

Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I do código de Processo Civil, pois desnecessária a produção de outras provas, especialmente em razão da falta de interesse das partes.

Conforme bem assentado na r. sentença de fls. 213/215, com fundamento nos artigos 7º, XXIX da CF e 487, II do CPC, reconheço a prescrição



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

de direitos anteriores a 17/12/2005, extinguindo-se o processo neste ponto.

Em relação ao adicional de insalubridade, o laudo pericial de fls. 193/199 concluiu que a atividade da reclamante somente é considerada insalubre quando da operação de bomba costal aplicadora de inseticida tóxico, o que não é o caso da parte autora, conforme consignado a fl. 214 da sentença reformada.

No que se refere à gratificação SUS, considerando que é fato incontroverso nos autos que a reclamante sempre exerceu suas funções na área de saúde, é devido o pagamento da verba, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal nº 10.482/91, com o reajuste conforme previsto no artigo 3º, parágrafo único, do mesmo diploma legal.

Por outro lado, o artigo 4º da referida Lei estabelece que "a gratificação prevista por esta lei será paga em separado ao vencimento ou remuneração e não sofrerá nenhum desconto ou incidência de encargos patronais e não incorporará aos vencimentos para nenhum efeito, podendo, inclusive, ser suprimida a critério do Poder Executivo".

Desta forma, a gratificação SUS não pode integrar o salário para o cálculo das demais verbas salariais, por expressa disposição da Lei que a criou, afastando a aplicação do disposto no artigo 457 da CLT.

Considerando que a Lei Municipal estabeleceu condição mais favorável ao trabalhador, obrigou-se apenas aos seus termos (artigo 5º, inciso II, e 37 da Constituição Federal). Assim, como a legislação municipal dispôs sobre o pagamento da gratificação SUS, sem qualquer integração, não há como ser reconhecida a natureza salarial da parcela.

Posto isso **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido, com fulcro no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil apenas para o fim de condenar o reclamado ao pagamento da gratificação SUS no período compreendido entre 17/12/2005 e 10/09/2007, com o reajuste estabelecido no artigo 3º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 10.482/91, desde a data em que deveriam ter sido realizados os pagamentos, aplicando-se a Tabela Prática para cálculo de atualização monetária dos débitos judiciais do TJSP, por ser inaplicável a Lei n. 11.960 de 29/06/2009, ante a declaração de inconstitucionalidade parcial proclamada na ADIN 4357 – DF, bem como juros de mora, a partir da citação, no percentual aplicável à caderneta de poupança.

Responderá o réu pelo pagamento honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 3º, I do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

CPC.

P.I.

São Carlos, 08 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**